

Menino veste azul, menina veste rosa? Violência e divisão sexual do trabalho

Boys wear blue, girls wear pink?
Violence and sexual division of labor

Natália Regina Parizotto*

Resumo – O presente artigo procura problematizar a relação entre divisão sexual do trabalho e subalternização das mulheres. É fruto de uma pesquisa mais ampla, de base empírica e documental, acerca da implementação da Lei Maria da Penha pelo Poder Judiciário na cidade de São Paulo. Aborda a influência da divisão sexual do trabalho na trajetória de mulheres em situação de violência doméstica de gênero.

Palavras-chave: divisão sexual do trabalho; violência doméstica de gênero; trabalho feminino.

Abstract – The present article tries to problematize the relation between the sexual division of labor and the subalternization of women. It is the result of a broader empirical and documentary research on the implementation of the Maria da Penha Law by the Judiciary Power in the city of São Paulo. It addresses the influence of the sexual division of labor on the trajectory of women in situations of domestic violence of gender.

Keywords: Sexual Division of Labor. Domestic violence of gender. Female work.

Introdução

O atual cenário político no Brasil, marcado por uma ofensiva conservadora, dá maior poder e voz a pessoas como a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (e também pastora) Damares Regina Alves, que, logo após tomar posse de seu cargo, indicou: “iniciamos uma nova era no Brasil em que menino veste azul e menina veste rosa”.¹ Tal fato re-

* Mestre em Serviço Social (UERJ), assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto/ SP. Professora do curso de Serviço Social da União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO. Correspondência: Rua José Polachini Sobrinho, 575 – Jardim Urano, São José do Rio Preto/ SP. CEP: 15084-160. E-mail: <natalia.parizotto@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-8746-2475>>.

¹ O título da matéria é: *Em vídeo, Damares diz que “nova era” começou: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”*, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghhtml>.

nova nossa inspiração em discutir como os “inofensivos” estereótipos de “homem” e “mulher” vigentes em nossa sociedade estão relacionados com a subalternização feminina, tanto na esfera doméstica como no mercado de trabalho.

Este artigo é parte fundante de um estudo mais amplo no qual analisamos a implementação da Lei Maria da Penha pelo Poder Judiciário na cidade de São Paulo (PARIZOTTO, 2016). Para tanto, foram entrevistadas cinco mulheres que tiveram uma ou mais audiências referentes a processos judicializados diante de eventos de violência doméstica de gênero. A pesquisa ocorreu no Centro de Referência da Mulher Casa Eliane de Grammont e na Regional Leste II da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Durante a pesquisa sobre a história de vida das entrevistadas, a divisão sexual do trabalho despontou como uma categoria explicativa determinante para compreender suas histórias, percalços e estratégias de sobrevivência. Desta forma, neste artigo, pretendemos apresentar alguns dos elementos coletados nestas entrevistas que demonstram a influência da divisão sexual do trabalho na trajetória das mulheres entrevistadas.

Divisão social e sexual do trabalho: as esferas da produção e reprodução podem ser separadas?

Todas as entrevistadas para a pesquisa em questão, exceto Diana², ao serem questionadas sobre seus empregos, abordaram certas dificuldades em conjugar a carreira profissional com as responsabilidades (não compartilhadas com seus ex-maridos/companheiros) do trabalho doméstico. Todas trabalhavam no setor de serviços e apenas Diana e Mariana eram contratadas formalmente. As demais auferiam renda através de trabalhos domésticos, temporários, sazonais, sub-remunerados etc., o que Vaitsman (1994, p. 56) situou como a dupla invisibilidade do trabalho feminino: o trabalho desenvolvido na esfera doméstica e o trabalho informal. Consequentemente, estas inserções no mercado de trabalho resultaram mais superficiais e pior remuneradas do que as de seus ex-maridos/companheiros. Não é difícil imaginar os impactos negativos desta experiência na decisão de romper um relacionamento, assim como na constituição da subjetividade destas mulheres. Subempregos, sub-remunerações não geram a mesma experiência de vida que empregos mais prestigiados e melhor remunerados, inclusive dentro do espaço familiar.

Segundo Marx e Engels (2011, p. 37), a primeira forma de divisão social do trabalho foi a divisão social do trabalho entre os sexos no interior da família:

² Todos os nomes foram alterados para preservar a segurança, a privacidade e a intimidade das entrevistadas. Os nomes fictícios foram escolhidos a partir da obra *Projeto Mulheres*, da artista Carol Rossetti (2015).

[...] a repartição, e precisamente a repartição desigual, tanto quantitativa como qualitativa, do trabalho e dos seus produtos, e, portanto, a propriedade, a qual já tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos/as são os escravos do homem.

Segundo Kergoat (2009, p. 67), a etnologia francesa foi precursora na utilização da categoria “divisão sexual do trabalho” como chave explicativa da organização da sociedade em famílias. Tais pesquisadores, à época, compreendiam que haveria certa “complementariedade” entre as atividades designadas a cada sexo.

O antropólogo e etnógrafo francês Clastres (1988, p. 75), ao descrever a população indígena Guaiaqui, referiu o ritual de entrada dos indivíduos à fase adulta da seguinte forma:

[...] o seu primeiro cuidado, logo que se integra na comunidade dos homens é fabricar para si um arco; de agora em diante membro ‘produtor’ do bando, ele caçará com uma arma feita por suas próprias mãos e apenas a morte e a velhice o separarão de seu arco. Complementar e paralelo é o destino da mulher. [...] Primeira tarefa do seu novo estado e marca da sua condição definitiva, ela fabrica seu próprio cesto. E cada um dos dois, o jovem e a jovem, tanto senhores e prisioneiros, um do seu cesto, o outro do seu arco, ascendem dessa forma à idade adulta. Enfim, quando morre um caçador, seu arco e suas flechas são ritualmente queimados, como o é também o último cesto de uma mulher: pois, como símbolos das pessoas, não poderiam sobreviver a elas.

Sendo assim, tornou-se claro que a designação das atividades desenvolvidas para garantir a sobrevivência do grupo estaria pautada na distinção biológica entre os indivíduos. Homens caçariam com seus arcos e mulheres coletariam com seus cestos.³

Ao contrário daquilo em que geralmente acreditamos, a divisão sexual do trabalho na antiguidade não designava obrigatoriamente os homens à caça e as mulheres à coleta ou à agricultura. Segundo Saffioti (2004), há registros de tribos onde as mulheres, inclusive grávidas, eram as responsáveis pela caça. Conforme a autora, é muito provável que as mães que amamentavam seus bebês os levassem junto ao peito ou nas costas, e no momento da caça o choro das crianças afastasse os animais. Sendo assim, crê-se que as mulheres passaram a desenvolver as atividades de coleta e agricultura e os homens começaram a caçar. Passou a tomar forma a domesticação das mulheres.

A partir dos fundamentos fornecidos pela etnologia, as antropólogas feministas foram capazes de demonstrar que há uma distribuição

³ É importante lembrar que neste texto clássico a distinção biológica não era absoluta, mas mediada por convenções sociais. “Homens” poderiam ser admitidos como “mulheres” se portassem o cesto e “mulheres” poderiam ser admitidas como “homens” se portassem o arco – desde que de forma definitiva, sendo permitido, inclusive, o matrimônio.

social de atividades diferentes e desiguais entre os sexos que resulta de uma construção sócio-histórica em benefício dos homens. Segundo Kergoat (2009), os dois princípios que organizam a divisão sexual do trabalho são: a separação das atividades ditas masculinas e femininas e a hierarquização entre estas (em detrimento das atividades ditas femininas).

A divisão sexual do trabalho, como uma categoria histórica, sofreu adaptações nas mais diversas sociedades e ao longo do tempo. Conforme nos esclareceu Vaitsman (1994, p. 15), o avançar do capitalismo também editou a divisão sexual do trabalho:

Com a industrialização e a separação entre a unidade doméstica e as atividades empresariais, a divisão sexual do trabalho na sociedade reorganizou-se. A família privatizou-se, com a consequente exclusão das mulheres das práticas que, na construção das sociedades modernas, passaram a ser exercidas numa esfera pública, que se transformou na medida não só de poder, prestígio e riqueza, mas também da cidadania.

Destarte, sob a divisão sexual do trabalho, no capitalismo seriam designadas aos homens as atividades atinentes ao espaço público e às mulheres as atividades atinentes ao espaço privado:

Os primeiros associados aos homens, ao mundo público e ao trabalho remunerado necessário para atender às necessidades materiais da família. Os segundos associam-se às mulheres e às crianças, ao mundo privado do trabalho doméstico e a satisfação das necessidades afetivas da família. [...] Devido ao seu papel ocupacional, o marido-pai, embora tem outras funções importantes em relação a mulher e os filhos, surge como um 'líder instrumental da família como um sistema'. (VAITSMAN, 1994, p. 16).

Sendo assim, caberia prioritariamente às mulheres o trabalho referente à esfera reprodutiva e aos homens o trabalho relativo à esfera produtiva (somado às atividades que repute prestígio social, como as práticas políticas, religiosas e militares).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2009), a produção, em seu sentido amplo, incluiria as esferas de produção e reprodução. A primeira constitui as atividades concernentes às condições materiais de existência. Já a segunda seria a reprodução material (produção, distribuição, troca e consumo), e, ao mesmo tempo, “as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em se produzem” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 30). Segundo Canoas (1995, p. 22):

A reprodução biológica é o processo de produzir e criar os filhos/as, indo, portanto, além da fecundação e do parto, inclui tudo o que se faz para o desenvolvimento físico das pessoas, observando suas necessidades básicas, principalmente alimentação e saúde. A reprodução social se encarrega da produção das condições que

sustentam um sistema social [...]. A reprodução da força de trabalho é a manutenção diária dos que trabalham, para que continuem a trabalhar e se incumbem também de formar novos trabalhadores, ensinando às crianças e aos jovens a se converterem em trabalhadores. Enquanto a reprodução está na esfera humana, a produção é relativa aos bens, no entanto tudo está relacionado como trabalho humano: produzindo ou reproduzindo.

Assim, observamos que as esferas da produção e da reprodução estão diretamente relacionadas, forjando as condições para a continuidade do modo de produção vigente. Por esta razão, Iamamoto e Carvalho (2009, p. 29-30) referem-se à produção como a junção dialética destas duas dimensões que determinam as relações sociais estabelecidas: “para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam produção”.

Como constatamos, segundo a divisão sexual do trabalho, às mulheres é designado o trabalho de reprodução desenvolvido dentro do ambiente doméstico, pouco valorizado e, muitas vezes, não remunerado. Aos homens caberia o trabalho desenvolvido na esfera da produção, atinente ao espaço público e remunerado. Dessa forma, percebemos a conjunção de fatores que determinam um lugar social para as mulheres tendencialmente menos prestigiado, coadjuvante e dependente financeiramente. Nas palavras de Vaitsman (1994, p. 61):

Diferença de atribuições e ao mesmo tempo escala de valores sobre as atividades exercidas por cada um dos sexos, fazendo com que o trabalho da esposa não seja considerado trabalho e assim ela se torne dependente econômica e legalmente do marido, ‘chefe da casa’, ‘cabeça do casal’.

De acordo com os dados colhidos em campo para a pesquisa que fundamenta este artigo, todas as entrevistadas, exceto Diana, referiram o não compartilhamento das responsabilidades de cuidado da casa e dos filhos com seus companheiros. Bette, a seguir, descreveu sua experiência:

Não, a educação era responsabilidade minha. Se tivesse que brigar, se tivesse que dar um tapa, era eu. Ele sempre saía como o bonzinho, ‘eu sou o bonzinho’. Tanto é que eu já tinha discutido com ele por isso, falei: ‘você tem responsabilidade tanto quanto eu, eu educo, você também tem que educar. Não é só eu que ponho de castigo’, porque nessa eu ficava como a ‘mãe ruim’ e ele era o ‘papai bonzinho’, que a mãe põe de castigo e ele tirava. ‘Ah, meu pai, como meu pai é bom, né? Porque ele não me deixa de castigo, meu pai deixa eu ir pra rua’.

Nesta divisão, para que um homem trabalhe, é necessário que tenha roupas limpas, comida à mesa etc. Ou seja, o trabalho de reprodução designado às mulheres está imputado no trabalho que os homens vendem no mercado de trabalho, porém, elas não se apropriam da riqueza que geraram, a não ser através dos rendimentos masculinos. Segundo Campos e Miotto (2003, p. 169):

Nesta medida, o grupo familiar aparece com dupla face, a de uma unidade econômica com dependentes e ‘chefes de família’ que redistribuem renda e a de unidade ‘doadora de cuidados’, também a partir de redistribuição interna. Nela, da mulher-mãe, se espera que seja a principal provedora de cuidados para os seus membros, mantendo-se economicamente dependente de seu marido. Assim supõe, por um lado, as responsabilidades do ‘chefe de família’ com o sustento, e por outro, as da mulher com o cuidado.

Susan, Mariana e Bette relataram com nitidez a atuação de seus ex-maridos/companheiros como “chefes” de seus trabalhos domésticos. A última referiu que:

Porque eu sempre fui muito chata com a limpeza, e ele também, sempre. Assim, pegou bastante no meu pé: ‘nossa, mas tá com poeira o quintal... você não vai limpar o quintal?’. O quintal era enorme. Só que era de cimento só, sem o piso, então só vassoura não tira poeira, vamos lavar. E aí vai eu, com baldinho (porque falta de água...), pegar água da máquina de lavar lá de trás, pra lavar o quintal. Aí, chegava à noite, eu tava podre, não queria saber de unha, de cabelo, queria tomar banho e deitar, né? Então fui me acabando com isso.

A invisibilidade do valor de troca produzido no âmbito doméstico

O trabalho na acepção ontológica é aquele capaz de produzir valor de uso, uma qualidade específica que atende a uma necessidade humana. Neste caso, é denominado trabalho concreto.

Já o processo de valorização é a conversão de diferentes valores-de-uso em um mesmo denominador: o valor-de-troca. Dessa forma, torna-se possível garantir a contraposição de diferentes mercadorias, visto que todas referem-se a uma medida quantitativa de tempo de trabalho humano. Sendo assim, todos os trabalhos são reduzidos a um contingente de trabalho abstrato, mero coágulo de tempo de trabalho social médio, pronto para ser trocado. Tal fato deve-se à mercantilização universal típica da sociedade capitalista, em que houve a generalização das mercadorias como condição para manutenção e desenvolvimento deste modo de produção. Portanto, houve a articulação das categorias processo de trabalho e processo de valo-

rização, dado o duplo caráter do trabalho na sociedade capitalista (MARX, 2005).

Tendo por base este debate, observamos que, sob a divisão sexual do trabalho, as atividades relegadas às mulheres são convertidas em valor-de-uso, mas não o são em valor-de-troca. O valor-de-uso subsidia a produção de valor-de-troca dos outros membros de sua família, prioritariamente de seu marido – geralmente designado “provedor do lar”, “chefe de família”.

Assim, uma estrutura assimétrica de interdependências se cristaliza, o que faz com que muitas mulheres heterossexuais em um relacionamento estável⁴ encontrem-se em uma condição muito desfavorável caso seus companheiros decidam não dividir seus rendimentos ou caso o casal se separe.

Pareceu-nos que os ex-maridos/companheiros das entrevistadas tinham clara noção de que pela via financeira seriam capazes de dificultar a autonomização de suas ex-esposas/companheiras. Na fala a seguir, Susan relatou a revolta de seu ex-marido, inclusive, com as pessoas que a ajudaram financeiramente.

Ele sabe que o dinheiro vai me salvar... o que me falta, graças a Deus, assim... a minha família me ajuda muito, mas eu preciso da minha independência. [...]. Ele foi na casa de um tio meu, que é tio dele também, e falou que ia me matar, matar meu irmão que me sustenta, porque ele é vagabundo. Por que ele me sustenta? Que eu tinha que morrer de fome, embaixo da ponte. Eu e meus filhos. A gente não, não. Ele não quer que ninguém me ajude, pra mim voltar pra ele.

O marido de Bette “trabalhava” vendendo peças roubadas de caminhão, após retificá-las. Ela descreveu que ele era responsável pelo contato externo com os “vendedores”, mas Bette o auxiliava a preparar as peças para a venda e, também, cedeu-lhe o uso de sua conta corrente para que ele pudesse efetuar as transações financeiras necessárias para a conclusão de seus negócios – cujo saldo devedor, ao final da relação, remanesceu para Bette:

Então, o [crédito] dele tava sujo, e a gente tá junto, é um casal. Então: ‘ah, usa a minha’. Eu não tava precisando, tava dentro de casa, né? ‘Amélia’, falei, ‘usa a minha’, e nisso ele foi usando e foi onde chegou nesse ponto.

Este acordo pareceu-nos como um arranjo típico da tradicional divisão sexual do trabalho, na qual ao homem coube o trabalho exercido no mundo público, incluídas as transações comerciais, enquanto à mulher

⁴ Não queremos dizer com isso que mulheres homossexuais não vivenciem violência doméstica de gênero, mas elas não foram as mulheres estudadas na presente pesquisa. Além disso, analisar as peculiaridades destes outros relacionamentos pressupõe a ampliação das referências teórico-conceituais utilizadas.

coube o trabalho exercido dentro do ambiente doméstico – sendo que ambos comprometeram-se de formas diferentes, em detrimento da mulher.

Observamos também que a escolarização das entrevistadas e seu acesso ao mercado de trabalho era alvo constante de críticas de seus ex-maridos/companheiros porque desestabiliza a assimetria estabelecida na divisão sexual do trabalho. Segundo Vaitsman (1994, p. 18):

A medida que o casamento deixou de construir um fim em si mesmo – tornando-se uma das dimensões de sua vida, que incorporou outros projetos e aspirações pessoais –, essas mulheres desafiaram um conjunto de práticas e valores que conformavam os fundamentos da legitimação de um sistema hierárquico de relações de gênero e de família.

Reconhecemos entre os relatos das entrevistadas que todas elas tiveram maior acesso à escolarização em relação às suas mães, e que Diana, Susan e Mariana foram a primeira geração feminina de suas famílias a começar a trabalhar fora do ambiente doméstico. Dessa forma, suas falas demonstraram algum “esgarçamento” da divisão sexual do trabalho. No entanto, por meio dos relatos colhidos para esta pesquisa, observamos que este “esgarçamento” não foi alcançado sem tensões, a partir de investidas no sentido oposto, por parte dos ex-maridos/companheiros.

Susan relatou que, com o fim da relação, perdeu também o seu emprego – pois ela trabalhava na empresa que tinha com o marido. Segundo ela, o recomeço foi muito difícil, pois “ele não me deixou estudar, não me deixou... é, eu casei muito nova [quinze anos], então eu não tinha estrutura pra mim sair pro mercado de trabalho”. Reconhecemos aqui o legado que a divisão sexual do trabalho (e da riqueza produzida) lhe deixou: com o fim da relação adveio a perda do emprego, de sua renda e baixíssima empregabilidade dada a baixa escolaridade e a experiência de trabalho não comprovada formalmente. A partir de então, Susan passou a trabalhar como vendedora na loja de um de seus irmãos, numa relação de dependência muito parecida. Em um debate sobre pensão alimentícia para seus filhos, Susan contou que seu irmão disse: “‘esquece isso, pelo amor de Deus. Esquece e eu te sustento’. Falei: ‘não, eu não posso! Eu trabalhei pra ter o que ele tem. Eu quero ter, meus filhos têm direito a ter isso’”.

Diana, por outro lado, desde o princípio foi a provedora de seu lar. No entanto, isso não significou uma inversão completa dos papéis tradicionais designados pela divisão sexual do trabalho, visto que ficava a seu encargo também o cuidado dos filhos, o que, no seu caso, significou contratar e pagar outra mulher para que o fizesse em seu lugar:

Diana: Aí o [filho mais velho], quando ele ficou doente, antes de ele ficar doente ele tava em berçário pra eu poder trabalhar, ele volta muito debilitado e não podia voltar pra escola. Coloquei babá em

casa, aí... fui trocando... você acertar a pessoa é difícil, é complicado. Quando eu engravidei [da filha do meio], eu contratei uma mulher pra ficar em casa e eu já preparei ‘ó, eu vou ter outro bebê, não vai ser um, vai ser dois pra você cuidar’, né? ‘E eu faço faculdade, preciso de você de segunda a sábado’. Então, além de eu ter o gasto pra cuidar da saúde dele, sustentar, né? Tudo. Eu tinha essa preocupação de manter uma pessoa em casa pra eu poder ter suporte pra poder continuar trabalhando e estudando.

Entrevistadora: Ele trabalhava?

Diana: Ele já tinha se encostado, mas também não ajudava em nada. Se eu deixasse nas costas dele... entendeu? Nessa situação, então via TV, ele passeava, não-sei-o-quê e eu ‘le-lê, le-lê’,⁵ né?

Em certa altura de seu casamento, Diana decidiu dar um basta nesta situação de sobrecarga e demandou de seu marido que ele passasse a cuidar da casa e dos filhos, enquanto ela trabalhava:

Chega uma hora que você fala: ‘não, agora chega’. Chegou uma hora que eu dei um grito de liberdade. Falei assim: ‘ó, você não trabalha, eu invisto em você, só prejuízo. Fico com empréstimo pra pagar e tudo parado aí. Então eu não vou mais pagar empregada, você vai cuidar da casa, você vai levar eles... não vou mais pagar perua pra levar os três pra escola’... Era três peruas, ida e volta. ‘Você vai pegar seu carro e você vai levar eles pra escola, vai buscar e pronto. E vai me buscar no serviço também!’ [risos].

Bette e Elisa também reportaram momentos em que foram a única fonte financeira para o atendimento das necessidades básicas de seus filhos. As duas informaram que os rendimentos de seus maridos eram voltados para seus interesses pessoais, como os cuidados com o veículo automotor. No relato de Elisa, a seguir, ela descreveu a ausência da participação financeira de seu marido em casa e, estimulada pela entrevista, refletiu sobre as semelhanças entre ele e seu pai:

Elisa: Eu... trabalhava. Eu falava: ‘não, peraí, você não vai trabalhar? A gente tá morando num... na casa da sua irmã!’

Entrevistadora: Ele não trabalhava?

Elisa: Então, ele trabalhava, mas eu não sabia onde tava o dinheiro dele.

Entrevistadora: Igual ao seu pai?

Elisa: Mas ele não bebia, e aí é que tá, onde? Do meu pai, eu sabia onde tava. Tava na bebida [...]. Falava ‘como assim, cadê? A gente tem que ajudar na água, na luz, e aí?’ [...] Passei a colocar todo o dinheiro de casa porque não sei pra... diz ele que o carro gastava muito [inspiração e expiração profunda]: comprar peça.

⁵ Aliteração para se referir a uma atividade escrava presente numa conhecida música da telenovela *Escrava Isaura*, baseada no livro homônimo de Bernardo Guimarães. A primeira versão da novela foi veiculada pela Rede Globo em 1976.

Estes exemplos enriquecem nossa reflexão acerca da divisão sexual do trabalho, pois demonstram que existem variações possíveis, nas quais as mulheres podem ser as provedoras e podem requisitar aos seus maridos/companheiros maior participação nas atividades de cuidado.

Observamos que discutir a divisão sexual do trabalho não significa prescrever um padrão fechado e imutável de comportamento. Ela é fruto de relações que estão sendo construídas e desconstruídas sucessivamente no cotidiano. No entanto, é importante reconhecer que estas mudanças podem subsidiar, mas não resultam mecanicamente na subversão da assimetria de poder entre as partes.

Outra reflexão importante que estes exemplos levantam é de que as relações em tela não se mantiveram ao longo do tempo apenas por insuficiência de recursos econômicos por parte das mulheres. Nossa intenção é aprofundar a reflexão acerca das relações constituídas entre homens e mulheres no marco da divisão sexual do trabalho, o que ultrapassa a discussão em torno da produção e acesso à riqueza, impactando a subjetividade dos atores inscritos nestas relações. Vaitsman (1994, p. 138) afirmou que

Socialmente, para as mulheres [...], separar-se significou continuar ultrapassando diversos obstáculos culturais e econômicos. A construção de sua identidade foi marcada pelo modo como enfrentar as dificuldades cotidianas da sobrevivência física e emocional, como assumir o controle da própria vida e a afirmação da sexualidade com mulheres descasadas e mães separadas.

O trabalho feminino no capitalismo monopolista

Com relação aos seus empregos, observamos que as entrevistadas inseriam-se na tendência de contratação no setor de serviços a baixos salários – setor que se expandiu por ocasião do capitalismo monopolista.⁶ No contexto da expansão dos serviços nesta fase do capitalismo, ocorreu a intensificação da inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil (VAITSMAN, 1994, p. 65). Concomitantemente, o setor de serviços passou a absorver as atividades de reprodução da força de trabalho, convertidos em uma atividade diretamente lucrativa. Este momento demarcou a invasão do espaço privado pelo capitalismo monopolista (NETTO, 2011, p. 39). Como relembra Costa (2010, p. 101), esta transformação na esfera dos serviços está diretamente relacionada à evolução das forças produtivas e à criação de novas necessidades coletivas que são incorporadas pelo modo de produção capitalista na medida em que se mostram lucrativas.

⁶ Baseado no acréscimo de lucros através do controle de mercados, o capitalismo em sua fase dos monopólios tem como característica a agudização das contradições deste sistema, isto é, o capitalismo é elevado a um patamar mais alto de exploração e alienação da classe trabalhadora, cujo resultado é a maior pauperização da população (NETTO, 2011).

Vendedora, operadora de caixa, cozinheira e garçonzete, professora e locadora de brinquedos para festas infantis são as profissões das entrevistadas. Vemos a semelhança destes empregos com as atividades clássicas da esfera da reprodução social que se desenvolveram no capitalismo da era dos monopólios. Todas, exceto Diana, auferiam renda inferior às de seus companheiros na maior parte do tempo em que estiveram casadas.⁷

Braverman (1987, p. 240) demonstrou que a expansão do setor de serviços, dentre outros elementos, estava atrelada à possibilidade de emprego de mão de obra “pouco qualificada”, recrutada dentre os trabalhadores mais pauperizados, não sindicalizados e, portanto, mais suscetíveis à exploração e opressão – dentre eles, as mulheres.

Conforme afirmou Kergoat (1986), a asserção usual de que as mulheres são menos preparadas que os homens para serem inseridas no mercado de trabalho, na realidade, escamoteia o fato de que a socialização sexista educa homens e mulheres de forma desigual, reforçando nestas as atividades próprias da esfera reprodutiva e pouco valorizadas na esfera produtiva.

Harvey (2014, p. 89-90) aprofundou nossa reflexão acerca dos efeitos nefastos da socialização sexista sob o capitalismo ao demonstrar que:

A gama das táticas capitalistas no processo de trabalho precisa ser examinada. É aqui, em particular, que os capitalistas usam o poder das diferenças sociais em seu próprio benefício ao máximo. [...]. Nas fábricas do mundo em desenvolvimento são as mulheres que carregam o peso da exploração capitalista e cujo talento e capacidades são utilizados ao extremo [...]. Isso acontece porque, em uma tentativa desesperada de exercer e manter o controle do processo de trabalho, o capitalista tem de mobilizar qualquer relação social de diferença, qualquer distinção dentro da divisão social do trabalho [...] para sustentar uma força de trabalho fragmentada e dividida. A cultura do local de trabalho, em suma, torna-se uma característica essencial e é lá que os valores culturais mais amplos – como o patriarcado, o respeito à autoridade, as relações sociais de dominação e submissão – são importantes para desempenhar seu papel nas práticas de produção. Vá a qualquer local de trabalho – como um hospital ou um restaurante – e note o gênero, raça e etnia dos que fazem as diferentes tarefas e torna-se evidente como as relações de poder dentro do processo coletivo de trabalho são distribuídas entre os diferentes grupos sociais.

Sendo um sistema essencialmente exploratório, o capitalismo vale-se da desvalorização das aptidões ditas femininas para legitimar ideologicamente a exploração das mulheres. Este fato pode ser observado, por

⁷ No caso de Susan, cuja empresa era de propriedade conjunta do casal, não havia a definição exata de “um salário” para ela. O seu acesso à riqueza produzida fazia-se por designio de seu ex-marido. Susan conta que: “tinha cem mil ou oitenta mil na minha conta de dinheiro, ele queria, ele guardava dinheiro na minha conta”.

exemplo, na desqualificação generalizada das mesmas por lhes serem atribuídas arbitrariamente características como fragilidade, irracionalidade etc., ou, ainda, pelo fato de terem seu salário considerado como um auxílio à renda do marido/companheiro. Ambos os casos “justificariam” o fato de que salários mais baixos sejam pagos às mulheres no exercício de suas funções. Sendo assim, elas passaram a constituir um leque de trabalhadoras mais degradadas, criando uma “subclasse” dentro do mercado de trabalho, estando sujeitas a piores salários e piores empregos.

Outro elemento marcante para compreendermos a inserção das mulheres no mercado de trabalho trata-se da reorganização do capitalismo frente à sua crise estrutural (especialmente pelo esgotamento do padrão keynesiano-fordista de produção nos anos 1970). Essa crise demandou ajustes em sua forma de produzir e reproduzir as relações sociais que asseguravam a manutenção do acúmulo de capitais. Dentre estes ajustes, encontramos a “reestruturação produtiva”, isto é, as sucessivas reorganizações do processo de produção de ordem organizacional e tecnológica que ocasionaram a desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, de forma a manter os níveis de acumulação capitalista (HARVEY, 1992).

A reestruturação produtiva constitui outro elemento intensificador da exploração do trabalho feminino, pois emprega esta mão de obra nas atividades mais precarizadas, constituídas por turnos reduzidos, vínculo empregatício instável e piores remunerações – como era o caso de Elisa e Bette. Susan trabalhava para o seu irmão; Diana e Mariana tinham vínculos formais de trabalho.

A partir da apreciação desta conjuntura, percebemos como a organização social sob a divisão sexual do trabalho resulta às mulheres um cenário de sobrevivência financeira delicada, que reforça sua dependência de outros sujeitos cujas funções são (melhor) remuneradas. Ou seja, observamos que a assimetria entre homens e mulheres subsidia a exploração destas no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que esta exploração reforça a dependência das mesmas no âmbito familiar. Conforme relatou Vaitsman (1994, p. 138), muitas mulheres (porém nem todas, como é o caso de Diana) se veem: “[...] incapaz[es] de vislumbrar uma vida economicamente independente do marido, peça essencial da relação hierárquica e ambígua que faz do homem o elo de ligação entre a casa e a rua”. Outrossim, reconhecemos a contribuição da

[...] economia política, ao estabelecer tal conexão, [que] fornece as bases necessárias para se proceder a uma crítica sobre o valor deste trabalho no próprio ciclo produção/reprodução, assim como para o entendimento dos caminhos através dos quais a exploração de classe e a subalternização de sexo se articulam. (ARAÚJO, 2008, p. 66-67).

Dessa forma, concordamos com a afirmação de Kergoat (1986, p. 83) de que o esforço em “articular produção/reprodução significa [...]

trabalhar simultaneamente sobre dois grupos de relações sociais, relações entre os sexos e relações de classe, relações que chamaremos respectivamente de opressão e exploração”. Neste sentido, a compreensão que adotamos neste artigo para a subalternização das mulheres está fundamentada na síntese da exploração-opressão, isto é, na “formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica [que mantém] uma adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes” (GRAMSCI, 2011, p. 273).

Tal indicação nos permite aprofundar a compreensão sobre a dupla exploração vivida pela mulher:

Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia de reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com menor custo; na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo baixos salários) e desprestígios presentes no mundo produtivo. (CISNE, 2012, p. 112).

Outrossim, reconhecemos que o esforço em desvelar a desigualdade inerente à divisão sexual do trabalho torna possível demonstrar o trabalho executado pelas mulheres predominantemente no âmbito doméstico e ressaltar sua importância para a manutenção da família e de todo o sistema produtivo. Para tanto, é necessário desnaturalizar as atividades ditas como fruto do “desejo/habilidade inatos das mulheres” e afirmar sua natureza como atividade aprendida socialmente através da socialização sexista (KERGAT, 1986, p. 84). O mesmo esforço faz-se necessário para demonstrar a desvalorização do trabalho feminino no mercado de trabalho, visto que seu desprestígio apoia-se também na divisão sexual do trabalho, garantindo atividades de mesma natureza, sob demérito semelhante.

Dessa forma, neste artigo, fundamentamos nossa análise na indissociabilidade das esferas da produção e reprodução. Ou seja, atrelamo-nos à corrente teórica que empreende esta divisão apenas como uma estratégia analítico-metodológica que nos permite demonstrar a contribuição das mulheres para a produção em sentido amplo.

A partir da categoria “trabalhador coletivo” pretendemos compreender os processos macrossociais contemporâneos que afetam as mulheres e determinam sua subalternização, afirmando que, ao considerarmos o produto comum de um trabalhador coletivo (nos casos estudados referimo-nos à riqueza socialmente produzida pela família), ampliamos não apenas a compreensão da esfera da produção, mas também de trabalhador produtivo. Isto é, “para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra: basta ser órgão de um trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções” (MARX apud IAMAMOTO, 2014, p. 73). Esta asserção amplia a margem para reflexão sobre os limites

móveis entre as esferas do trabalho produtivo e improdutivo e a importância do trabalho feminino neste contexto. Segundo Costa (2010, p. 104):

[...] há uma interpenetração entre as funções produtivas e improdutivas, a partir das quais são estabelecidos novos laços entre produção material e serviços, entre saberes e habilidades, que se articulam para responder às exigências de interconexão dos mercados [...] através de uma rede em que se articulam o 'produtivo' e 'improdutivo' [...].

Dessa maneira, observamos que a discussão sobre a divisão sexual do trabalho nos fornece importantes subsídios para discutir os fundamentos da opressão e exploração das mulheres. Reconhecemos, assim, a importância da recusa do determinismo biológico para a definição das práticas sexuais, de forma a desmistificar a construção social das mesmas. Observamos também a importância de compreender a materialidade da vida social pautada na articulação entre as esferas da produção e da reprodução social, bem como do trabalho produtivo e improdutivo, desvelando a atuação decisiva do trabalho feminino na produção social da riqueza no âmbito familiar e, mais amplamente, no sistema capitalista vigente.

Referências

ARAÚJO, N. M. S. O Serviço Social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XXIX, n. 93, mar. 2008.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CAMPOS, M.; MIOTO, R. C. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. *Revista Ser Social*, v. 1, n. 1, 2003.

CANOAS, C. S. *Mulher e cidadania*: perspectivas para o próximo século. Uma reflexão na realidade metropolitana de São Paulo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Serviço Social, PUC/SP, São Paulo, 1995, [mimeo].

CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

COSTA, M. D. H. Os serviços sociais na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, A. E. (org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, A. *O leitor de Gramsci*: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HARVEY, D. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

IAMAMOTTO, M.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KERGOAT, D. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O capital*. Livro 1, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

PARIZOTTO, N. R. *Justiça*: substantivo feminino? Considerações acerca da judicialização da Lei Maria da Penha. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Uerj, Rio de Janeiro, 2016, [mimeo].

ROSSETTI, C. *Mulheres* – Retratos de respeito, amor-próprio, direitos e dignidade. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2015.

SAFFIOTI, H. I. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais*: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DOI: 10.12957/rep.2019.42544

Recebido em 24 de janeiro de 2019.

Aprovado para publicação em 15 de fevereiro de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.